

Educação- ODS 4 e Plano Nacional de Educação, uma conexão necessária¹

Em 2015, chefes de Estados e de Governos, incluindo o Brasil, reunidos na sede das Nações Unidas, decidiram pela aprovação da Agenda 2030, com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável em 169 metas. Dentre os quais temos o de número 4, que convoca os países a “Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida de todas e todos”. Com 10 metas, sendo 7 finalísticas e 3 de implementação².

A partir da Constituição de 1988, várias mudanças ocorreram na educação nacional, garantidas, especialmente, com a aprovação em 1996 da legislação infraconstitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Desde então, a etapa obrigatória de ensino abrange a educação fundamental e média, intitulada de educação básica. Houve avanço significativo na primeira etapa do ensino, que praticamente universalizou a oferta de vagas, mas com relação ao ensino médio o país ainda está bem longe de atingir as metas necessárias para atender aos ODS.

Em 2014, um ano antes do lançamento da Agenda 2030, aprovamos o Plano Nacional de Educação (PNE), para dez anos, até 2024. Várias de suas metas são mais ousadas e outras coincidem com as metas do ODS 4. E se fossem cumpridas, alcançaríamos o cenário proposto antes de 2030. Até porque, é preciso dizer que apesar da boa intensão com esta agenda, consideramo-la um rebaixamento com relação aos direitos humanos. No caso da educação, por exemplo, a meta proposta constante da agenda é bastante genérica para a primeira etapa da pré-escola, que é um problema sério, especialmente para as mulheres, que se veem sozinhas para criar seus filhos e precisam pagar para conseguir vagas em creches, pois não há oferta do poder público.

No que diz respeito ao PNE, é preciso que se diga que foi aprovado com texto mais avançado do que o apresentado pelo Executivo ao Legislativo, graças à intensa participação popular em sua tramitação. Foi o projeto recordista em emendas parlamentares, vindas do movimento social, representado, especialmente, pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, da qual fazem parte vários movimentos e organizações ligados ao tema, dentre eles o Inesc.

Então analisemos as metas, correlacionando-as com as metas do PNE: A primeira meta do ODS 4 é a universalização do ensino fundamental e médio para todas as meninas e meninos, oferecendo educação de qualidade. No PNE, a meta 3 aponta que até 2016 o Brasil deveria universalizar o atendimento escolar para toda a população entre 15 e 17 anos, sendo que até o final de sua vigência a taxa líquida de matrículas no ensino médio, atingiria 85%. Conforme podemos observar na **tabela 1**, que traz os dados de frequência escolar líquida³, até 2017 apenas 68% da população entre 15 e 17 anos frequentava o ensino médio. E se olharmos os dados desagregados, perceberemos que nas regiões Norte e Nordeste a porcentagem está em torno de 60%, ou por raça/cor, os pretos e pardos são 63%, ou seja, abaixo da média nacional. Podemos concluir que além de o Brasil ainda ter um número bruto grande de adolescentes fora da escola, há vários em distorção idade/série, que deveriam estar no ensino médio, mas ainda não conseguiram sair do fundamental. Para se ter uma ideia da distorção, a taxa bruta

¹ Por: Cleo Manhas, assessora política do Inesc, doutora em educação pela PUC/SP

² As finalísticas dizem respeito ao alcance imediato dos objetivos, enquanto que as de implementação referem-se aos recursos meios para atingir os fins, tais como recursos humanos, de gestão, tecnológicos etc.

³ Significa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (15 a 17 anos) para estar cursando determinada etapa de ensino e o total da população dentro da mesma faixa etária.

de matrícula, no intervalo entre 15 e 17 anos, é de 87%⁴, contra os 68% de matrículas líquidas, o que significa que cerca de 20% das pessoas nesta faixa etária estão em distorção idade/série.

Tabela 1 - Taxa de frequência escolar líquida ajustada da população residente de 6 a 24 anos de idade, por grupos de idade e nível de ensino, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões e características selecionadas - 2017

Características selecionadas	6 a 14 anos, no ensino fundamental		6 a 10 anos, nos anos iniciais do ensino fundamental		11 a 14 anos, nos anos finais do ensino fundamental		15 a 17 anos, no ensino médio		18 a 24 anos, no ensino superior	
	Taxa	CV(%)	Taxa	CV(%)	Taxa	CV(%)	Taxa	CV(%)	Taxa	CV(%)
Brasil	97,0	0,1	95,5	0,2	85,9	0,3	68,5	0,6	23,2	1,3
Norte	96,6	0,2	95,0	0,4	79,4	1,0	59,7	1,8	17,7	3,3
Nordeste	96,8	0,1	95,3	0,2	82,0	0,6	60,7	1,1	16,8	2,9
Sudeste	97,3	0,2	95,7	0,3	89,2	0,5	76,5	1,0	25,8	2,4
Sul	97,4	0,2	96,1	0,3	89,6	0,6	69,6	1,4	29,1	2,4
Centro-Oeste	96,8	0,3	95,0	0,4	88,4	0,9	70,4	1,7	30,1	2,9
Situação do domicílio										
Urbana	97,1	0,1	95,5	0,2	87,2	0,3	70,6	0,7	25,6	1,4
Rural	96,9	0,2	95,6	0,2	79,6	0,7	57,4	1,3	8,3	3,5
Sexo										
Homem	96,9	0,1	95,3	0,2	83,5	0,5	63,6	0,9	19,7	1,8
Mulher	97,2	0,1	95,7	0,2	88,3	0,4	73,7	0,7	26,8	1,5
Cor ou raça (1)										
Branca	97,3	0,1	95,8	0,2	89,5	0,4	76,6	0,8	32,9	1,6
Preta ou parda	96,9	0,1	95,3	0,2	83,7	0,4	63,5	0,9	16,7	1,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017, segundo trimestre.

Outro ponto importante a ser destacado na meta 4.1 é que além da garantia de que todas as meninas e meninos concluam a educação básica, o ensino precisa ser de qualidade e garantir a aprendizagem. O Plano Nacional de Educação previu a implantação do CAQi e do CAQ,⁵ que significa Custo Aluno Qualidade inicial, e deveria ter sido implantado até 2016, e o Custo Aluno Qualidade, com regulamentação prevista para 2017 e implantação até o final da vigência do PNE em 2024. Ambos asseguram financiamento justo para garantia dos insumos necessários a uma educação de qualidade em toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

No entanto, essas metas também não saíram do papel. E, especialmente nas periferias mais negras do país, temos um problema sério de aprendizagem. Os motivos vão desde a ambiência em torno das crianças, até o desinteresse do sistema de ensino em incluí-las. Contudo, estas questões na atual conjuntura brasileira estão sendo vistas apenas como oriundas da disciplina, o que querem resolver com militarização das escolas públicas com maiores índices de evasão e distorção idade/série, além de violência. Não querem ir às raízes das dificuldades e acreditam

⁴ De acordo com, IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua, 2017, segundo trimestre.

⁵ **O CAQi é o padrão mínimo de qualidade estabelecido no PNE como exigência a ser cumprida até junho de 2016.** Já o CAQ avança em relação ao padrão mínimo, pois considera o caráter dinâmico do conceito de custo por aluno e também a capacidade econômica do Brasil. Assim, **o CAQ é o padrão de qualidade que aproxima o Brasil dos países mais desenvolvidos em termos educacionais.** Ele deveria ter sido estabelecido até 3 anos após a aprovação do PNE, ou seja 2017, mas implementado até 2024. Enquanto o CAQi toma como referência para a remuneração dos profissionais a Lei do Piso Nacional Salarial do Magistério e como jornada escolar dos alunos o tempo parcial (5 horas) – com exceção da creche, que é de 10 horas –, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação entende que o CAQ deve considerar, ao menos, uma jornada de 7 a 10 horas para os alunos e o piso para todos os profissionais da educação pautado no salário mínimo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Fonte: www.custoalunoqualidade.org.br.

que medidas autoritárias resolverão o problema, cujas causas são as profundas desigualdades de classe, raça, gênero, território, às quais grande parte da população está exposta.

A meta 4.2 diz respeito à primeira infância, que engloba creche e pré-escola. No PNE há metas para esta etapa, porém, estão caminhando a passos de tartaruga. Com relação à pré-escola houve progressos, no entanto, apesar de a universalização ter sido prevista para 2016, ainda há um grande contingente fora da escola, especialmente se olharmos os dados por regiões (ver **tabela 2**). No Norte, por exemplo, 15% das crianças ainda estão fora da pré-escola. Quanto às creches, a situação é mais crítica, os dados para o Brasil apontam o atendimento a 32,7%, enquanto que na região Norte apenas 16,9%. Parte desse problema deve-se ao fato de estas etapas estarem sob responsabilidade dos municípios, que, com exceção de poucas cidades brasileiras, com boa capacidade de arrecadação, a maior parte não tem condições de arcar com a manutenção das creches, cujo custo é mais elevado pelas características do atendimento. O Governo Federal deveria contribuir com mais recursos, mas com as medidas de austeridade tomadas desde a aprovação da Emenda Constitucional do teto dos gastos, que impõe congelamento de investimentos por 20 anos, os recursos para as políticas sociais vêm diminuindo.

Tabela 2 - Proporção de pessoas de 0 a 5 anos que frequentam escola ou creche, por grupo de idade, com indicação do coeficiente de variação, segundo as grandes regiões e as unidades da federação - 2017

Grandes Regiões	Total		Idade			
			0 a 3 anos		4 a 5 anos	
	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)
Brasil	52,9	0,7	32,7	1,4	91,7	0,3
Norte	40,2	2,0	16,9	4,3	85,0	1,1
Nordeste	51,9	1,1	28,7	2,2	94,8	0,4
Sudeste	57,7	1,3	39,2	2,4	93,0	0,6
Sul	56,2	1,4	40,0	2,4	88,9	0,9
Centro-Oeste	45,1	2,1	25,4	4,1	86,9	1,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2017.

Quanto a assegurar igualdade de acesso a homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade, que é o texto da meta 4.3, defendemos ensino público e gratuito a todos e todas como direito assegurado desde a Constituição de 1988. E estamos bem longe de universalizar o acesso ao ensino superior, até porque, ainda temos problemas anteriores a resolver, tais como analfabetismos totais e funcionais, altas taxas de evasão no ensino médio, e falta de políticas de manutenção de estudantes de baixa renda nas universidades. O que dificulta, também, o atendimento à meta 4.4, dos ODS, sobre aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, incluindo competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. No que diz respeito ao ensino profissional técnico, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) apenas 5,9% da meta do PNE foi alcançada, apesar de ter tido um crescimento de 31,6% nas matrículas na educação profissional. O ritmo de crescimento foi de 47 mil matrículas novas por ano, nove vezes menor do que o necessário para o alcance do previsto até 2024.

Conforme podemos observar na **tabela 3**, no meio rural, apenas 3,5% da população acima de 25 anos possui ensino superior completo. Mesmo observando a população urbana, apesar de

ser bem mais numerosa que a rural, são apenas 17%. No entanto, com relação à sexo, há mais mulheres com ensino superior que homens, 17% e 13% respectivamente. O que não reflete na empregabilidade, pois os homens ocupam postos mais bem remunerados e de chefia, apesar de elas terem mais anos de escolaridade. Comparando brancos e negros percebemos que a distância é enorme, corroborando com a desigualdade racial brasileira, são 22% e 9% respectivamente, uma distância de 13 pontos percentuais.

Tabela 3: Nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade - 2017

Características selecionadas	Sem instrução		Ensino fundamental incompleto		Ensino fundamental completo		Ensino médio incompleto		Ensino médio completo		Ensino superior incompleto		Ensino superior completo	
	proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)
Brasil	7,2	1,0	33,8	0,5	8,5	0,9	4,4	1,3	26,8	0,5	3,6	1,4	15,7	1,4
Situação do domicílio														
Urbana	5,7	1,3	30,5	0,6	8,7	1,0	4,6	1,4	28,8	0,6	4,1	1,4	17,6	1,4
Rural	16,5	1,4	54,5	0,6	7,2	1,6	3,6	2,5	13,6	1,5	1,0	4,3	3,5	4,4
Sexo														
Homem	7,2	1,2	35,4	0,6	8,8	1,2	4,8	1,8	26,4	0,7	3,7	2,0	13,7	1,7
Mulher	7,1	1,2	32,3	0,6	8,3	1,2	4,1	1,6	27,1	0,6	3,6	1,7	17,5	1,3
Cor ou raça (1)														
Branca	4,5	1,9	29,1	0,9	8,3	1,4	3,7	2,0	27,1	0,8	4,3	1,9	22,9	1,6
Preta ou parda	9,5	1,1	37,9	0,5	8,7	1,1	5,0	1,5	26,5	0,6	3,0	1,9	9,3	1,4
Grupos de idade														
25 a 64 anos	4,5	1,3	30,5	0,6	8,9	1,0	5,1	1,3	29,8	0,6	4,2	1,4	17,0	1,4
25 a 34 anos	1,5	3,6	16,7	1,2	8,2	1,7	7,9	1,9	38,3	0,8	7,7	1,8	19,7	1,6
35 a 44 anos	3,1	2,5	28,9	1,0	8,3	1,7	5,0	2,2	32,2	0,9	3,9	2,6	18,5	1,8
45 a 54 anos	5,8	2,1	38,3	0,8	10,2	1,7	3,6	2,8	25,2	1,0	2,3	3,7	14,7	1,9
55 a 64 anos	9,6	1,8	43,8	0,8	9,2	2,0	2,7	3,6	19,4	1,4	1,9	4,5	13,6	2,2
65 anos ou mai	21,4	1,2	50,9	0,7	6,3	2,5	1,1	5,9	10,5	1,9	0,8	6,5	9,0	3,0
Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita														
Até 20%	10,6	1,8	50,8	0,7	9,5	1,9	5,9	2,5	19,6	1,4	1,3	5,3	2,3	4,6
Mais de 20% at	9,7	1,7	42,1	0,7	10,0	1,8	6,0	2,3	26,8	1,0	2,2	3,8	3,2	3,4
Mais de 40% at	9,1	1,7	37,6	0,8	9,6	1,8	5,0	2,4	29,6	1,0	3,1	3,1	6,1	2,3
Mais de 60% at	7,3	2,0	33,5	0,9	8,7	1,8	4,1	3,0	30,1	0,9	4,2	2,5	12,1	1,7
Mais de 80%	1,8	3,9	15,2	1,6	5,8	2,3	2,4	3,6	25,5	1,2	6,0	2,1	43,4	1,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2017.

A disparidade de gênero, citada na meta 4.5, não existe na educação brasileira, em nenhum dos níveis de ensino, pois as mulheres têm melhor desempenho que os homens. Além disso, com relação às pessoas com deficiência, também há boas notícias, visto que a meta do PNE está próxima de ser cumprida. Hoje, cerca de 90% das crianças com transtornos globais ou altas capacidades estão na escola, com acesso aos insumos necessários, de acordo com dados do Inep. Há outros problemas a serem resolvidos, como o numeroso abandono escolar de parte da população LGBTI+, por discriminação e bullying. Com relação aos povos indígenas, temos escolas preparadas para atenderem os diferentes povos, trabalhando as diferentes culturas e línguas, mas ainda não em todos os territórios e o número de indígenas que atingem o nível superior é irrisório, ainda sendo notícia de jornal aqueles que conseguem se formar ou ter pós-graduação.

Sobre a alfabetização de jovens e adultos e aquisição de conhecimento de matemática, meta 4.6 dos ODS, que corresponde à meta 5 do PNE, de acordo com análise do Inep, os resultados ainda estão longe de serem satisfatórios. Cerca de 2/3 dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental só conseguem ler as palavras e não texto corrido, segundo dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). As desigualdades territoriais também estão explicitadas, visto que os piores resultados se encontram nas regiões Norte e Nordeste. Em relação à proficiência

em escrita, os resultados são melhores, aproximadamente 57% dos alunos estão no nível quatro, de cinco níveis. Em matemática, a maior parte dos alunos está no nível dois da escala. Para as regiões Norte e Nordeste, o percentual de alunos no nível um, de quatro níveis, passa de 35% e, em alguns de seus estados, ultrapassa 40%. Com relação àqueles com mais de 25 anos, conforme podemos observar na tabela 3, entre população rural, negros, ainda temos cerca de 16% de pessoas que se declaram sem instrução.

Com relação à meta 4.7, é necessário mencionar a situação política vigente no país, que tem provocado vários retrocessos nas políticas públicas, em especial na educação, alvo de uma ofensiva cultural retrógrada, com propostas retrógradas como a Escola Sem Partido, militarização das escolas, abandono das universidades e de programas de incentivo à continuidade da formação.

Colocaram em xeque os direitos humanos e o fomento ao que intitulam por ideologia de gênero e marxismo cultural, constrangendo professores em salas de aula, pregando que não se pode falar de gênero, pois isso iria contra princípios religiosos e familiares. Algo que vem crescendo desde a votação do PNE, quando conseguiram retirar “promoção da igualdade de gênero” do texto. Além disso, estão tentando eliminar dos currículos todas as formas de diversidades, até mesmo com relação à história da África. Há um ataque etnocentrista e colonialista forte. Há, ainda, uma mistura de governo com Estado, pois ao invés de proporem políticas educacionais, estão atacando a gestão democrática prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, indicando comportamentos aos estudantes de cima para baixo. E pregando que a raiz de todos os problemas são disciplinares, porém, resolvidos com “mão pesada” por meio de militarização das escolas.

Estamos em tempo de luta, pois as políticas sociais em geral e a educação em particular, especialmente a educação superior, por não fazer parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), estão em risco devido à Emenda Constitucional do teto dos gastos, que congela recursos por 20 anos, retirando possibilidade de ampliação e melhoria da política.

Nos ameaçam, também, ideias e ações ultraconservadoras, que atacam conquistas de direitos, tais como o reconhecimento da necessidade de políticas de incentivo ao acesso às universidades por parte da população negra, o combate ao racismo institucional e à LGBTIfobia. Portanto, o nosso momento é de resistência pela manutenção de direitos e contra os riscos de o governo não garantir a realização do Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente, não atingirmos as metas do ODS 4.